



Comissão de Pregão III

DECISÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 228/2023

Processo Licitatório nº: 11.551/2022

Processo de Recurso nº: 33.958/2023

REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 228/2023

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CIMENTO PORTLAND CP II-F-32 – SACO DE 50 KG, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES, EXIGÊNCIAS E ESTIMATIVAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO.

RECORRENTE: CONSTRULAR MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO DE MACAÉ LTDA

RECORRIDO: PREGOEIRA

Trata-se de **RECURSO ADMINISTRATIVO** interposto pela empresa, **CONSTRULAR MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO DE MACAÉ LTDA**, por meio de seu representante legal, com espeque no art. 4º, inciso XVIII, da Lei nº 10.520/2002 e no Decreto nº 1024/2019, subsidiados pela Lei nº 8.666/93, em face de ato administrativo praticado pela **PREGOEIRA** da Comissão de Pregão III, no Edital Pregão Eletrônico nº 171/2023.

Em tempo, informamos que esta Pregoeira e Equipe de Apoio foram designados, com base na Portaria nº 010 de 04 de janeiro de 2023, publicada no Diário Oficial do Município de Nova Friburgo em 04 de janeiro de 2023, que constitui a Comissão de Pregão III, para julgamento das licitações da Administração Municipal na modalidade Pregão.



Comissão de Pregão III

I. DAS PRELIMINARES

Em sede de admissibilidade, verificou-se que foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, pedido de provimento ao recurso, reconsideração das exigências e tempestividade, e interesse processual, conforme comprovam os documentos colacionados ao Processo de recurso.

II. DOS FATOS

Conforme dados disponibilizados na Ata de Realização do Pregão Eletrônico - Licitação nº 171/2023, processo apenso de Recurso nº 30.312/2023 e documentos acostados ao processo, verifica-se que:

Às 10:00 horas do dia 01 de dezembro de 2023, reuniram-se o Pregoeiro Oficial deste Órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados pelo instrumento legal Portaria 010 de 04/01/2023, em atendimento às disposições contidas na Lei Nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e no Decreto Nº 10.024 de 20 de setembro de 2019, referente ao Processo Nº 11551/2023, para realizar os procedimentos relativos ao Pregão Nº 00229/2023. Modo de disputa: Aberto/Fechado. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CIMENTO PORTLAND CP II-F-32 – SACO DE 50 KG, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS. O Pregoeiro abriu a Sessão Pública em atendimento às disposições contidas no edital, divulgando as propostas recebidas. Abriu-se em seguida a fase de lances para classificação dos licitantes relativamente aos lances ofertados.

Às 12:43:54 do dia 01/12/2023 foi aberto o prazo para que qualquer licitante manifestasse, imediata e motivadamente, a intenção de recorrer, conforme consta no item 23.1 do Edital nº 229/2023;

Foi registrada uma intenção de recurso, a qual foi aceita pela pregoeira, que solicitou a apresentação de motivos, fundamentação e provas para as alegações apresentadas;



Comissão de Pregão III

A empresa CONSTRULAR MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO DE MACAÉ LTDA apresentou recurso par ao item 01 em 04/12/2023.

Não foram apresentadas contrarrazões, no prazo concedido pelo sistema.

III. DAS ALEGAÇÕES DA RECORRENTE

Em síntese, a recorrente afirma em suas razões (fls. 04/05) que o atestado apresentado pela empresa recorrida, VALENTE DISTRIBUIÇÃO, REPRESENTAÇÕES E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA, tem caráter duvidoso, sob as alegações que o documento apresentado, foi emitido pela prefeitura Municipal de Carmo, 30 (trinta) dias úteis após a criação da empresa em 05 de dezembro de 2022.

IV. DOS PEDIDOS DA RECORRENTE

Requer a recorrente:

- a) “pelo recebimento do presente recurso para que seja processado e julgado procedente.”
- b) “a diligência no que couber da empresa VALENTE DISTRIBUIÇÃO, REPRESENTAÇÕES E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA, e caso decida na desclassificação da empresa, convocar as empresas idôneas subsequentes para os itens no certame.”

V. DAS ALEGAÇÕES EM SEDE DE CONTRARRAZÕES

A recorrida não enviou, no prazo estipulado, contrarrazões ante ao recurso interposto.

VI. DA ANÁLISE DO MÉRITO



Comissão de Pregão III

Imperioso ressaltar que todos os julgados da administração pública estão embasados nos princípios insculpidos no art. 3º da Lei nº 8.666/93, conforme segue:

“Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.”

Ressalte-se que tal disposição é corroborada pelo disposto no Decreto 10.024/2019:

“Art. 2º O pregão, na forma eletrônica, é condicionado aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, do desenvolvimento sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade e aos que lhes são correlatos.”

Dito isso, passa-se a análise do mérito do recurso interposto pela empresa **CONSTRULAR MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO DE MACAÉ LTDA**

Inicialmente cumpre destacar que, esta pregoeira diligenciou junto ao órgão emissor do Atestado de Capacidade Técnica, qual seja a Prefeitura Municipal de Carmo, solicitando informações complementares, ao Atestado de Capacidade Técnica,



Comissão de Pregão III

apresentado pela empresa, na forma que dispõe o item 29.5 do edital, diante das alegações trazidas.

A Prefeitura Municipal de Carmo, até a presente data, não se manifestou, em resposta ao solicitado.

Esta pregoeira igualmente diligenciou a empresa recorrida, **VALENTE DISTRIBUIÇÃO, REPRESENTAÇÕES E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA**, solicitando informações complementares, ao Atestado de Capacidade Técnica, apresentado pela empresa, requerendo o envio de documentos referentes à contratação, que ensejaram a emissão do referido atestado, quais sejam, contratos de prestação de serviços, notas de empenhos, ordem de serviço, cujo objeto fosse o fornecimento do objeto licitado.

Em resposta o representante da empresa **VALENTE DISTRIBUIÇÃO, REPRESENTAÇÕES E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA**, sr. Elton Menezes da Silva informou por telefone, "*não possuir os documentos solicitados para a comprovação*", informação a qual dou fé pública.

VII. MANIFESTAÇÃO DA PREGOEIRA

Diante dos fatos acima narrados, e das diligências realizadas, que esta Pregoeira adota como fundamento para decidir, opino por dar razão à recorrente, tendo em vista a falta de comprovação das informações relativas ao documento de capacidade técnica apresentado, pela empresa recorrida, não sendo possível comprovar sua autenticidade, motivo pelo qual deverá ser alterada a decisão anteriormente proferida, restando INABILITADA a empresa **VALENTE DISTRIBUIÇÃO, REPRESENTAÇÕES E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA** no pregão em comento, e retorno a fase de



Comissão de Pregão III

julgamentos para a convocação de empresas remanescentes, segundo a ordem de classificação.

VIII. DA DECISÃO DA PREGOEIRA

Isto posto, com fulcro no art. 17, inciso VII, do Decreto Federal n.º 10.024/2019, e art. 17, inciso VII, do Decreto Municipal n.º 599/2020, subsidiada pela manifestação da secretaria requisitante e pelo parecer exarado pela PGM, sem nada mais evocar, **CONHEÇO** do Recurso Administrativo interposto pela empresa **CONSTRULAR MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO DE MACAÉ LTDA** no processo licitatório referente ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 229/2023, e no mérito, **DOU PROVIMENTO**, pela **INABILITAÇÃO** da empresa **VALENTE DISTRIBUIÇÃO, REPRESENTAÇÕES E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA**, no Pregão em comento, e o retorno da fase de julgamento das propostas, para convocação das empresas subsequentes..

Por todo o exposto recomendamos a autoridade superior, que seja instaurado processo administrativo no intuito de apurar suposta infração/fraude, por parte da recorrida, e eventual aplicação das sanções administrativas previstas em lei.

Por fim, informamos que esta decisão será publicada na íntegra em <https://www.novafriburgo.rj.gov.br/licitacao/> e seu extrato em <http://www.comprasnet.gov.br>.

Nova Friburgo, 28 de dezembro de 2023.

ELIZA SOUZA MACHADO
Pregoeira – Comissão de Pregão III
Matricula: 106.380